

# Os sistemas de valores morais e a ideologia de mercado

**Gabriel Bastos Ribeiro**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,  
Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Faperj.  
ribeirogb88@gmail.com

## **Resumo**

O texto apresenta um esforço no sentido de tentar identificar pontualmente na obra de C. Wright Mills e Axel Honneth alguns apontamentos sobre os sistemas de valores morais que constituem a sociedade moderna e, conseqüentemente, a sociedade de mercado. Há, contudo, uma ordem social voltada para a obtenção de lucros e privilégios, que encontra em seu seio os mecanismos de controle moral, através principalmente das instituições, podendo, com isso, idealizar uma sociedade que gira em torno do controle do mercado.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Sociedade de mercado. Ideologia.

## **Abstract**

The text presents an effort to try to identify, in time, in the work of C. Wright Mills and Axel Honneth, some notes on the moral value systems that constitute modern society and, consequently, the market society. There is, however, a social order focused on obtaining profits and privileges, which finds at its heart the mechanisms of moral control, mainly through institutions, thus being able to idealize a society that revolves around the control of the market.

**Keywords:** Capitalism. Market society. Ideology

1

A composição da sociedade capitalista contém aspectos bastante complexos. Do ponto de vista da sociologia observar o comportamento dos indivíduos, dependendo da posição que ocupam nesta sociedade, e sua forma de atuação dentro da lógica do mercado consiste em um método eficaz.

Dois sociólogos podem ajudar neste exercício. C. Wright Mills, sociólogo norte americano, em uma de suas obras busca identificar o que ele chama de *Elite do Poder*, na qual iremos explorar neste artigo. O outro é o alemão Axel Honneth, que também busca entender quais os mecanismos que a sociedade desenvolve, principalmente a sociedade de mercado da forma como conhecemos, para isso explora a relação do *mercado e da moral*.

Os dois autores dialogam nesse sentido, já que não pensam somente as estruturas que estão alicerçando as bases da sociedade capitalista, mas também o comportamento dos indivíduos na manutenção destas estruturas, através das instituições.

2

Neste artigo trataremos de alguns aspectos pontuais da obra desses dois sociólogos, um exercício para entender parte do comportamento social que ajuda na sustentação das bases institucionais do sistema capitalista e, conseqüentemente, da sociedade moderna.

Os sistemas de valores morais compensados pela sociedade de mercado exigem de seus agentes uma falsa moralidade que fornece racionalidade para a lógica capitalista, esse é um posicionamento de Wright Mills, que também pode ser observado na obra de Axel Honneth. Para Mills a posição social do indivíduo irá determinar o poder de barganha sobre a sua condição nas tomadas de decisão da sociedade. A influência que o indivíduo consegue exercer sobre o conjunto da sociedade é determinada pelo meio em que se vive. Ou seja, o indivíduo será capaz de influenciar determinado grupo que está inserido, e se a capacidade de influência deste grupo é restrita, então a sua influência se dará em consequência deste grupo.

Se um indivíduo atua no seu dia a dia em grupos capazes de influenciar as instituições que constituem a base do alicerce da sociedade moderna, então seu poder de influência, como afirma Mills, será muito mais significativo e com consequências sobre o todo da sociedade. Por isso que o sociólogo irá identificar um grupo social capaz de modificar, influenciar e dominar essas estruturas, o que ele chama de *elite do poder*.

Essa elite do poder ocupa um lugar de influência significativa para o todo da

sociedade, suas decisões irão modificar o *modus operandi* da sociedade moderna, já que são capazes de influenciar o Estado, grandes companhias, organizações militares, etc. pois ocupam posições de decisão ou são capazes de induzir quem ocupa posições de decisão. A ideia é sempre estar próximo o suficiente para ditar os rumos das estruturas sociais. A elite do poder é uma parte da elite capaz de tornar suas vontades uma realidade dentro das hierarquias institucionais.

Por outro lado, Honneth trata da relação da moral com a sociedade capitalista atribuindo essa relação em consonância com o mercado, como ele mesmo afirma um “sistema econômico regulador”, capaz de mediar interesses econômicos, mas que necessita do aparato estatal para legitimar esta regulação.

O propósito, para Honneth, é ser capaz de identificar no mercado um conjunto de valores morais para a atividade econômica, e com isso fomentar a personalidade do *homo oeconomicus*, o agente do mercado responsável por calcular de maneira racional as possibilidades de lucro, ou seja, alguém que detém as condições sociais constituídas ao longo da vida e que seja capaz de utilizá-las em prol de um “bem maior”, no caso o desenvolvimento da sociedade de mercado através do lucro da instituição pela qual opera.

Através deste “bem maior” que irá se acomodar a razão moral. Uma razão capaz de dar sentido as investidas, por muitas vezes imorais fora do jogo do mercado, mas que em razão do lucro ganham justificações e sentido.

De acordo com Honneth, para atuar como agente do mercado é preciso que se legitime a atuação dentro do ordenamento social, com isso, se faz necessária a ampliação da liberdade individual. Uma liberdade direcionada para o indivíduo que irá estabelecer uma boa relação com as condições de vida que a sociedade capitalista deseja. Esse modo de viver essa liberdade através da sociedade regida pelo mercado impõe uma condição de já dita anteriormente. É usufruída por quem deteve as condições sociais de acumulação do capital cultural, para exercer as funções que são necessárias ao mercado.

Para desenvolver melhor a ideia de integração no ordenamento social capitalista, Honneth utiliza da teoria de Durkheim para justificar a importância da integração para o sistema de mercado moderno. É preciso que as atividades, livres de anomias, e, portanto, em busca de equidades com base na produção, possam fornecer um “pleno sentido” para quem participa.

É preciso dar sentido prático para a atividade humana, no caso, podemos usar a atividade laboral, primeiro com as palavras de Honneth, e em seguida com um exemplo

simples, mas que pretende ser mais claro. Honneth irá dizer que,

o novo sistema da economia de mercado [...] não pode ser analisado sem uma classe de regras morais não contratuais que lhes precedam; caso contrário, não estaria em condições de satisfazer à função, que lhe foi atribuída, de integrar harmonicamente interesses econômicos individuais (HONNETH, 2015, p. 336).

Em outras palavras: é preciso dar sentido a própria atividade laboral. Um exemplo é a forma como o indivíduo que vende sua força de trabalho foi sendo tratado ao longo do tempo. Se antes era tido como operário, depois foi chamado de trabalhador, hoje há um esforço para que se veja como um colaborador. É justamente porque durante o passar do tempo se viu a necessidade de fazer com que o indivíduo tenha uma relação de afetividade maior com a empresa ou a atividade laboral. Chamar uma pessoa hoje de operário não lhe dá nenhuma atribuição a atividade que exerce, não existe identificação por parte do empregado. Mas dar sentido através da colaboração, como se o seu esforço voltará de alguma forma como recompensa, ou mesmo que por uma falsa impressão ele sente que faz parte de uma relação entre parceiros, faz com que o indivíduo se sinta parte importante do processo.

Importante também observar esta narrativa. Por um lado, existe o abraço ao proletário, uma aproximação “amigável” de quem precisa se sentir parte colaborativa de um processo de exploração. Por outro lado existe a tentativa de humanização de quem exerce o poder da exploração do trabalho, geralmente levado em relevo pelo discurso do mérito, ou seja, chegou a posição de empresário, executivo, ou algum posto de comando, por conta do esforço próprio; e também pela filantropia, que seria o agente que mesmo na posição de explorador do trabalho alheio se coloca como benfeitor da sociedade, gerando empregos, fazendo doações, frequentando igrejas, etc.

### 3

No contexto norte americano, Mills compreende que quem está mais próximo dos postos de comando e que irá determinar os rumos da sociedade moderna são os homens de negócios. Mas tão importante quanto identificar esses homens, é preciso também saber quais são as instituições que melhor irão fornecer a base da sociedade americana, para o sociólogo, são elas: econômico, político e militar.

Mills compreende que as instituições agem de forma a modelar o comportamento humano, “Famílias, igrejas e escolas adaptam-se à vida moderna; governos, exércitos e

empresas fazem essa vida moderna, e, ao fazê-la, transformam as instituições menores em meios para seus fins”( MILLS, 1968, p. 14). Isso quer dizer que as instituições menores, que lidam de forma mais direta com a vida cotidiana são instrumento de legitimação do modelo de vida organizado pela elite do poder, obviamente, de acordo com seus interesses.

Mills aponta um bom exemplo, “Se o Estado centralizado não pudesse confiar nas escolas particulares e públicas para inculcar a fidelidade nacionalista, seus líderes procurariam sem demora modificar o sistema educacional descentralizado” (1968, p 15). Para o sociólogo, se é vontade da elite dar sentido ao processo de militarização do Estado para garantir seus interesses, seja na política interna ou externa do país, será papel da escola justificar o nacionalismo na tentativa de construir a narrativa para o legitimar.

Quando se fala em elite logo se pensa em dinheiro. Claro que a elite do poder, muito provavelmente terá dinheiro, mas não é somente o dinheiro que irá determinar seu poder. O dinheiro pode ser o caminho mais fácil para ter acesso a determinados meios sociais, mas o poder em si está muito atrelado ao prestígio. As instituições formam a base dessas três necessidades de influência: o poder, o prestígio e a riqueza.

O prestígio é definitivamente o aspecto que mais chama atenção, pois não está necessariamente à luz das relações de poder e dinheiro. Perpassa por entre os papéis sociais, e tenciona a ação do agente através do poder político, já que somente a existência da empresa no capitalismo moderno não é capaz de blindar seus próprios interesses. É preciso ter influência política, e para uma empresa ter esse tipo de influência, o prestígio frente às instituições será determinante para aproveitar a posição que o dinheiro oferece.

São as relações com as “modernas formas de propriedade” que irá determinar a capacidade de obtenção de riqueza das elites, “Como a riqueza e o poder, o prestígio é cumulativo: quanto mais temos, mais podemos conseguir” (MILLS, 1968, p 19).

Pois o poder não pertence a um homem. A riqueza não se centraliza na pessoa do rico. A celebridade não é inerente a qualquer personalidade. Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois as posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor (MILLS, 1968, p 19).

Como uma espécie de entidade social, a elite do poder, tem algo que é determinante para a manutenção de seus privilégios, que é a consciência com a qual seus membros tratam as próprias condições de vida. São capazes de se reconhecer enquanto classe e tomar as decisões que irão determinar a perpetuação dessa condição. Casam entre si,

trabalham juntos, empregam pessoas de confiança, aproximam os semelhantes quando convém, etc. o que Mills irá chamar de “igrejinhas”. Estão interligados em uma simbiose capaz de blindar e garantir seus próprios interesses.

Para justificar o prestígio não basta determinar posições no alto escalão da sociedade capitalista, é preciso que se justifique esse lugar. Para isso são usados critérios principalmente morais para dar seletividade àqueles que fazem jus ao lugar que ocupam. É o caráter moral que determina essa justificação. Se vende a ideia de pessoas dotadas de um prestígio, uma superioridade moral, capazes de exercer funções que o restante da população não pode exercer.

Mills vai explicar que essa ideia de superioridade irá sempre aparecer em sociedades desiguais, e as próprias pessoas que determinam essas qualidades precisam acreditar que realmente são dotadas naturalmente de características que justificam sua posição na elite, “a ideia de elite como composta de homens e mulheres com um caráter moral mais apurado é uma ideologia da elite em sua condição de camada dominante privilegiada” (MILLS, 1968, p 23).

Assim o conceito propriamente moral de elite é constituído não apenas por alguém ser financeiramente privilegiado, mas, além disso, por dotar de privilégios específicos, através da criação de uma experiência e um preparo que irá inculcar o caráter necessário.

#### 4

Como um bom teórico, Honneth continua se apoiando em grandes pensadores para embasar seus argumentos. Pegando um exemplo está Karl Polanyi, que defende que um mecanismo de proteção da sociedade capitalista está na fomentação de transtornos cotidianos através de um sentimento de mal-estar coletivo, para assim não colocar em risco um modelo de sociedade que está sempre em crise. Seu objetivo é mostrar a relação entre desregulação e convulsão social.

Para explicar, o autor faz uma analogia com Durkheim se utilizando da ideia dos *contra movimentos sociais*, ou seja, a derrocada do mercado não se dá somente pelos problemas econômicos ou as seguidas crises, mas, principalmente, pela constante ameaça a segurança de uma população que precisa legitimar a função de sua vida através do reconhecimento social. Honneth explica:

Se o mercado capitalista de tal maneira despoja de suas bases pré-contratuais em forma de normas de solidariedade compartilhadas, ele se torna “anômico”

no sentido de Durkheim, e disso provém, segundo Polanyi, o descontentamento da população, que obrigatoriamente se expressará sob a forma de contra movimentos sociais a exigir uma assistência moral da parte do Estado (HONNETH, p 347)

Ou seja, não é meramente uma questão econômica ou mercadológica, é, necessariamente, um sistema regulador de valores morais.

Para Honneth, tem que haver uma “cooperação conjunta” para legitimar esse sistema de valores morais. Todos têm, de alguma forma, ganhar ou ter a sensação de que está ganhando alguma coisa. O lucro é pré-condição que fornece o caráter normativo da atividade humana, mesmo que esta não seja empregada através do lucro, e sim da exploração do trabalho individual. Em consequência dessa dinâmica os atores sociais precisam do reconhecimento da comunidade, que faz parte da cooperação conjunta citada acima.

Contudo, este texto teve a intenção de apontar para as condições de sustentação da sociedade moderna capitalista e algumas de suas complexas variáveis. Visto que as estruturas não estão baseadas somente em instituições, mas no contexto com o qual essas instituições estão ligadas a vida dos indivíduos, através de condicionantes moralmente constituídos. São modelos de legitimação que reinterpretem a realidade de forma racional, e que por isso são tão eficazes no processo de perpetuação de desigualdades.

**Referências**

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MILLS, Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

Recebido em: 01/06/ 2019  
Aprovado em: 28/02/2020